

A PSICOLOGIA NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO EM AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO A PARTIR DE RELATOS DE ESTÁGIO EM LICENCIATURA

Flávia Cristina de Faria, Raquel Oliveira Ferraz de Camargo Coelho Silva e Souza, Roberto Gomes Moncao Junior.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, aflaviaria97@gmail.com, raquel.silvaesouza@outlook.com, roberto.moncao@univap.br.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar a contribuição da Psicologia para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar, a partir de relatos de estágios supervisionados realizados em instituições de ensino pública e privada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, que envolveu observações em sala de aula, entrevistas com gestores e professores, e intervenções voltadas tanto para alunos quanto para professores. Os resultados evidenciaram que, embora a matrícula de alunos com TEA esteja assegurada por lei, a efetivação da inclusão ainda encontra barreiras significativas, como a ausência de recursos pedagógicos adaptados e de formação docente específica. As intervenções realizadas, incluindo uma aula com alunos sobre diversidade e um treinamento com professores, mostraram impactos positivos na sensibilização da comunidade escolar e no fortalecimento de práticas inclusivas. Conclui-se que a Psicologia, quando pautada em práticas éticas e colaborativas, contribui de forma significativa para transformar a cultura escolar e promover a inclusão de alunos autistas.

Palavras-chave: educação; inclusão; psicologia; transtorno do espectro autista.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, Educação, Psicologia.

Introdução

Segundo dados do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo IBGE (2025), aproximadamente 2,4 milhões de pessoas no Brasil declararam ter recebido diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que representa cerca de 1,2% da população nacional. Apesar dos avanços legislativos, como a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a inclusão escolar plena ainda enfrenta sérios obstáculos. Os dados do IBGE (2022) ainda revelam um cenário preocupante: a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência permanece alta, atingindo 19,5%. No contexto escolar, as experiências descritas neste trabalho mostram que a simples presença de alunos autistas nas salas de aula regulares não garante, por si só, uma inclusão efetiva.

As experiências de estágio supervisionado em Psicologia no ambiente escolar revelaram, na prática, essa contradição: embora a matrícula desses alunos esteja assegurada legalmente, muitas instituições não contam com os recursos, formações e estratégias necessárias para promover um ambiente verdadeiramente inclusivo. A falta de preparo da comunidade escolar compromete não apenas o processo de aprendizagem, mas também o desenvolvimento socioemocional dos estudantes neurodivergentes.

Este trabalho buscou, portanto, dar visibilidade a experiências concretas em que a atuação da psicologia contribuiu de forma significativa para a promoção da inclusão de alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Ao relatar essas vivências, pretende-se refletir sobre os impactos dessa atuação e sobre os limites e desafios enfrentados no cotidiano escolar.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª Edição) como um transtorno do desenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em diversos contextos, juntamente com padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início do desenvolvimento e causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida cotidiana.

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

Diante deste cenário surge o questionamento: de que maneira a atuação da psicologia em contextos escolares pode contribuir para a efetivação da inclusão de alunos com autismo, bem como as demais deficiências? A hipótese que orienta este estudo é a de que a inserção da psicologia na escola, quando pautada em uma escuta sensível e em práticas colaborativas com alunos e professores, pode promover mudanças significativas nas atitudes, nas estratégias pedagógicas e na cultura institucional, favorecendo a inclusão escolar de estudantes autistas. Dessa forma, o presente trabalho se propõe a analisar e discutir, por meio de relatos de caso obtidos nas experiências de estágios supervisionados em licenciatura, como a Psicologia pode intervir no contexto educacional de forma ética, transformadora e comprometida com os princípios da educação inclusiva.

Metodologia

Essa pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo, adotando-se como método o estudo de caso, com base em dois relatos de experiência de estágio supervisionado realizados pelas autoras no contexto da licenciatura em Psicologia, um atuando com alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental I em uma escola de rede privada de ensino, e outro atuando diretamente com professores de uma escola de Ensino Médio e Técnico de rede pública.

A atuação com alunos consistiu de uma etapa inicial de observação em sala de aula, de modo a compreender a dinâmica escolar e identificar demandas psicoeducacionais, em especial a relacionada à inclusão e um aluno com Transtorno do Espectro Autista, nível 2 de suporte. A partir destas observações, elaborou-se um plano de aula intitulado “Diversidade e Inclusão”, que consistiu em uma introdução sobre o assunto à turma, apresentação do curta-metragem Cordas (2013), roda de conversa e por fim, atividade artística sobre o assunto.

A atuação com professores de Ensino Médio e Técnico também consistiu de uma etapa inicial de observação em diferentes turmas e disciplinas, bem como entrevistas com gestores e professoras, o que possibilitou o mapeamento dos estudantes com TEA e o acompanhamento de suas experiências em sala de aula. A partir de tais coletas, foi realizado um treinamento com professores, de modo a esclarecer dúvidas sobre manejo, adaptação de conteúdos e sobre como sensibilizar a comunidade escolar sobre a responsabilidade do cuidado mútuo.

Os relatos foram analisados com enfoque na contribuição da prática psicológica em ambiente escolar, e os desafios da educação inclusiva, buscando refletir criticamente sobre as práticas observadas e desenvolvidas.

Todos os dados utilizados respeitam os princípios éticos da pesquisa em Psicologia, assegurando o sigilo, a confidencialidade e a não identificação de pessoas ou instituições envolvidas.

Resultados

Quanto a atuação com alunos da rede privada de ensino, durante a observação do ambiente escolar, destacou-se a complexidade das interações sociais e a necessidade de avanços na inclusão. Um aluno com TEA é aceito pela turma, mas a escola carece de sala de recursos multifuncionais e materiais adaptados, o que dificulta o processo inclusivo.

Durante a aula sobre diversidade e inclusão, os conceitos foram trabalhados de forma etimológica e contextualizada, utilizando o curta Cordas (2013) para ilustrar e promover reflexão sobre o tema. O espaço de diálogo possibilitou elaborar sentimentos e reforçar a ideia de que pessoas com deficiência podem e devem ser incluídas na vida em sociedade, e em específico, no ambiente escolar. Na sequência, foi proposto que os alunos realizassem uma atividade artística (história em quadrinhos), na qual deveriam pensar em diferentes formas de inclusão no contexto educacional (Figura 1). As atividades foram bem aceitas pelos alunos, sendo possível observar os impactos positivos gerados pela intervenção na forma como os estudantes interagiram com o aluno com TEA após a ação.

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

Figura 1 - Foto das atividades artística produzidas como proposta da aula com tema: Diversidade e Inclusão



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Quanto a atuação junto aos professores da escola de ensino médio-técnico, durante a ministração do treinamento foi possível observar uma grande participação dos professores e alunos e uma enorme gama de dúvidas e perguntas. As dúvidas trazidas foram sobre: casos ocorridos e qual uma sugestão de possível manejo, a origem do transtorno e a necessidade de adaptação dos processos avaliativos de alunos que estão dentro do espectro em respeito lei paulistana lei 17.759 de 20 de setembro de 2023: Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA) para os alunos com Transtornos do Espectro Autista. O treinamento foi concluído com vários retornos positivos de todos, especialmente da equipe de professores, que disseram que a rede, infelizmente, não possui uma formação de professores específicas sobre o Transtorno do Espectro Autista.

Discussão

A definição e, conseqüentemente, a caracterização de autismo vem se atualizando ao longo do tempo: a ciência é viva e dinâmica. E assim como muitos construtos, o conceito de autismo não é consenso na academia científica. O termo autismo deriva da palavra grega autos, que significa si mesmo. Este termo foi utilizado pela primeira vez na literatura psiquiátrica, em 1911, por Bleuler, para descrever um sintoma significativo da esquizofrenia, ou seja, a tendência patológica de determinados pacientes em isolar-se do ambiente extrafamiliar ou de convívio de melhor aceitação (Rocha, 1997).

Segundo a recente e última versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM 5-TR (2022), o Transtorno do Espectro Autista é uma condição que faz parte dos transtornos do neurodesenvolvimento. Este são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento que se manifestam cedo, em geral, antes de a criança entrar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento ou diferenças nos processos cerebrais, o que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional.

Porém, sustenta-se que mais que apenas conceituar autismo, é necessário olhá-lo, conforme sugere Goldberg (2005), com uma visão menos distorcida e caricaturizada, calcada no comprometimento em detrimento das potencialidades que esses indivíduos possam ter ou vir a desenvolver. É urgente olhar autismo considerando as potencialidades, a realidade local e social, além do preconceito e das barreiras que ainda hoje estão presentes na sociedade, inclusive, nas escolas.

Outro ponto fundamental é a compreensão da inclusão e acessibilidade escolar como conceitos interdependentes. Segundo a Lei 13.146/2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a LBI, (2015), acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Mas qual a relação entre inclusão, acessibilidade e autismo, afinal? A relação é direta, dado ao fato que por meio da Lei 12.764/2012, também conhecida como Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012), o autismo passa a ser reconhecido como uma deficiência no arcabouço legal brasileiro e com isso, os autistas passaram a possuir os mesmos direitos de indivíduos com outras deficiências.

Entretendo, mesmo com tais avanços legais, os dados e vivências apresentados neste estudo mostram que ainda existe um distanciamento entre a legislação e a realidade escola. Os dois estágios apresentam faces complementares desse desafio. Os resultados obtidos em ambas práticas evidenciam que, embora haja avanços legais e normativos, a inclusão de alunos com TEA ainda enfrenta barreiras significativas na realidade escolar. A matrícula e presença destes alunos nas escolas não garante, por si só, a efetividade da inclusão, sendo necessário repensar práticas, recursos e perspectivas da comunidade escolar.

Conclusão

O presente trabalho demonstrou que a inclusão de alunos com TEA no espaço escolar não se efetiva apenas pela matrícula ou presença física, mas pela construção contínua de práticas pedagógicas, recursos adequados e formações específicas. As experiências relatadas confirmam que a psicologia em ambiente escolar, ao atuar de forma ética, crítica e comprometida com a educação inclusiva, pode contribuir significativamente para a transformação desse cenário.

Em sede de reflexão, concluiu-se que falar sobre diversidade é falar sobre todos nós, pois é exatamente disso que somos feitos, das nossas diferenças. Paulo Freire (2003) fala da necessidade de os educadores criarem as possibilidades para a produção ou construção do conhecimento pelos alunos, num processo em que o professor e o aluno não se reduzem à condição de objeto um do outro. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (Freire, 1996, p. 47).

Referências

BRASIL. Lei nº 12.764, de 25 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 250, p. 2, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 2015.

DSM 5-TR/ **American Psychiatric Association**. Tradução: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mall mann da Rosa; revisão técnica: José Alexandre de Souza, Flavia de Lima Osório, José Diogo Ribeiro de Souza, -5. ed., texto revisado. – Porto Alegre: Artmed, 2023

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLDBERG, Karla. Autismo: uma perspectiva histórico–evolutiva. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 6, p. 181-196, 2005.

IBGE, **Censo Demográfico 2022**: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102178>, acesso em: 24 maio 2025.

SOLÍS, Pedro García. **Cordas**. 2013. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n4LreCcEbG4>. Acesso em: [16 de abril de 2024].